

João Cortesão

(Doutorando em Ciências da Engenharia, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto)

Citação: João Cortesão, "A Utopia na Cidade", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 7 (2007). ISSN 1645-958X. <<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/revista/index.htm>>

Numa sociedade onde os valores culturais, sociais e humanos se encontram, na opinião de muitos, cada vez mais diluídos e onde o espaço da cidade surge como o principal palco de patologias sociais a esta questão associadas, que espaço sobra à utopia? Existirá actualmente na forma de conceber as cidades? E de que modo?

É um facto que as cidades contemporâneas, sobretudo nos seus espaços peri-urbanos, têm conhecido, de um modo geral, uma expressiva ausência de qualidade espacial, a meu ver, devido não só, mas também, a uma desvalorização do pensamento utópico na construção dos seus espaços. Não obstante, acredito que vivemos um período de grande reflexão e regeneração das cidades, de acordo com premissas cada vez mais associadas àquilo que considero uma utopia de cidade. Este ensaio aspira, assim, a apresentar uma proposta de reflexão sobre a importância da utopia no processo de planeamento das cidades, segundo a forma como esta tem vindo a ser abordada no decurso do tempo, através de alguns exemplos ilustrativos, e o modo como poderá estar a ser encarada no presente.

A utopia na cidade é entendida, neste texto, como uma motivação que direcciona a construção da cidade no sentido de uma determinada concepção de perfeição urbana e/ou social, constituindo-se como um pensamento, um processo (e não tanto um resultado) onde a criatividade, a imaginação, a fantasia e a extrapolação da realidade se cruzam com o belo, o sensível e o estético para enriquecer de humanidade todas as questões técnico-científicas de progresso da sociedade e, portanto, da cidade. Por conseguinte, a utopia na cidade é entendida como motivação de desenvolvimento urbano, baseada na relação entre um pensamento fantasista/sensível de extrapolação da realidade e um pensamento técnico/prático de resposta à mesma, ainda que este último possa não ser a maior preocupação da utopia. Por outras palavras, o pensamento utópico irá debruçar-se principalmente sobre formas de pensar a realidade com vista a uma situação de perfeição social e urbana (partindo das suas necessidades e/ou preocupações), recorrendo para isso à fantasia, sem assumir como condicionante o seu grau, maior ou menor, de exequibilidade. Daqui, penso que poderão derivar duas hipóteses: uma utopia inexecutável, ou seja, não passível de concretização no real (por limitações sociais, tecnológicas ou outras), permanecendo uma forma literária ou gráfica de pensamento capaz de inspirar e/ou informar pesquisas ulteriores que, num determinado futuro espacial e temporal, tenham a oportunidade de a concretizar; ou uma utopia "executável", no presente ou num futuro próximo, assumindo então a forma de modelo, de *cidade ideal*, ou seja, de cidade que, num exercício de aproximação à perfeição da utopia, nela se revê. É precisamente sobre esta segunda hipótese que o presente ensaio irá reflectir, procurando mostrar que fantasia e técnica são componentes indissociáveis na construção da cidade e que foi justamente a separação entre ambas, nomeadamente através da sobrevalorização da técnica em detrimento da fantasia, que conduziu à descaracterização das cidades contemporâneas.

Ao longo dos tempos, enquanto fenómeno urbano, a cidade foi sempre o resultado "da interacção entre infra-estrutura e forças sociais" (Castells 1984: 84), pelo que a sua construção teve sempre como base a resposta a uma determinada questão social e urbana válida para um tempo e um espaço específicos. Mas essa mesma construção sempre soube aliar infra-estrutura e sensibilidade e assim dotar as cidades não só de funcionalidade, como também de beleza e identidade. Como refere Kevin Lynch, "[a] maior parte dos objectos que nos acostumámos a considerar belos (...), são simples objectos sugestivos, nos quais, através (...) da influência da vontade de cada um, existe uma relação íntima visível entre o pequeno detalhe e a estrutura total" (Lynch 1960: 103). A partir desta afirmação podemos compreender que, muitas vezes, a identidade das cidades se revela em pequenos detalhes de escala, de forma, de integração com a envolvente urbana e/ou natural que permitem, consoante a relação que cada indivíduo estabelece com um lugar, apreender a cidade como um todo a partir das suas particularidades. Neste contexto, a capacidade individual de cada cidadão gerir, sentir e interpretar cada facto urbano é determinante na validação, ou não, da utopia. Assim se compreende o argumento de Kevin Lynch:

Temos a oportunidade de formar o nosso novo mundo citadino como sendo uma paisagem ideal: visível, coerente e clara. Será necessária uma nova atitude da parte do habitante desta cidade, dando novas formas ao meio físico que ele domina, formas essas que agradam à vista, que se organizam gradualmente no tempo e no espaço e que podem ser símbolos representantes da vida urbana (*ibidem*).

Ora toda esta problemática tem por base modelos de cidade ideal, um idealismo urbano utópico que procurava aproximar-se da perfeição de uma determinada utopia, onde o sensível, o belo adveniente da fantasia, surge como a palavra-chave, potenciando a ligação afectiva do Homem ao espaço. Isto permite compreender como é que, regra geral, áreas construídas à luz da beleza utópica, tais como os centros históricos, são as áreas mais procuradas, publicitadas e utilizadas como promotoras de uma imagem da cidade, e outras zonas construídas à fria luz de concepções funcionalistas, ditadas por um “ingénuo empirismo” (Rossi 2001: 56), tais como geralmente as periferias, surgem como zonas incaracterizadas, abandonadas, desarmonicas. É exactamente esta desarmonia que, segundo Fernando Távora (numa referência ao território português, contudo transponível para a realidade mundial), vai definir um grave fenómeno “delapidação espacial” (Távora 2006: 65), sobretudo quando comparamos o espaço urbano contemporâneo com o do nosso passado: aí, a leitura é de “quase permanente harmonia”, “talvez porque as suas desarmonias (...) nada foram em comparação com as que actualmente nos castigam” (Távora 2006: 48). Estamos perante desarmonias que se prendem com uma disseminação caótica do urbano no território, sem qualquer preocupação com a qualidade, a identidade, o simbolismo e a estética espacial, bastando para isto pensar a forma como, por exemplo, as periferias contemporâneas, em muitos casos, avançam violentamente sobre o espaço rural e/ou natural, resultando em estruturas disformes, desconexas, nem urbanas, nem rurais.

Tudo isto se deve, na minha opinião, a uma sobrevalorização de aspectos infra-estruturais e técnicos que negligenciam a importância da sensibilidade, do belo fantasista, como parte fundamental da construção humanizada da cidade. Para esta situação contribui muito significativamente o facto de o belo fantasista da utopia ter vindo a ser considerado, por muitos técnicos de construção da cidade, como uma espécie de palavra proibida ou de heresia intelectual. À luz de um tecnicismo cru e de uma considerável apatia perante o mundo que nos rodeia, alguns poderão pensar que o belo fantasista apenas se resume a um devaneio excêntrico avesso ao progresso da cidade. É um facto que as questões funcionais são muito importantes para o desenvolvimento da cidade, mas são, no meu ponto de vista, insuficientes, pois reduzir a cidade a um esquema funcional é considerá-la uma mera infra-estrutura civilizacional, obliterando o ser que a cria e que, portanto, dela é indissociável: o Homem.

O que me parece é que não existe nenhuma relação proporcional que determine que quanto maior for a beleza menor será a eficiência da cidade. Se assim fosse, a revolução industrial, por exemplo, jamais se teria realizado, dado o período em que ocorreu: uma era que via a beleza como um atributo *sine qua non* da actividade humana na cidade, desde a sua construção até ao mais pequeno objecto do quotidiano, passando pela própria máquina.

Veja-se a cisão que houve dentro do movimento modernista, protagonizada por uma tendência dominante de utopia funcionalista em detrimento dos centros históricos, à luz da dita “alegria de viver” – sol, espaço e verdura – (Corbusier 1995: 63), e a variação nórdica do mesmo, segundo uma concepção menos intensa de cidade e de uma “convicção de que natureza e arquitectura devem fecundar-se mutuamente” (Solà-Morales 2002: 39). Embora ambos visem a utopia de progresso das cidades baseado na melhoria das condições de vida das populações, neste caso específico, a utopia inexequível dirá respeito à primeira posição, liderada pela *Cidade Radiosa*, de Le Corbusier, por retirar do seu pensamento utópico o teor humanista e de memória colectiva da cidade, aspectos fundamentais da sociedade de então; enquanto a utopia “exequível” respeitará às concepções nórdicas, através da *Cidade Humana*, por se basear em valores de “individualidade e paisagem natural”, nas “condições do lugar” e nas “tradições locais e da pequena escala” (Solà-Morales 2002: 39-40), valores estes indispensáveis à aproximação à utopia modernista. Efectivamente, quando se fala em melhoria de condições de vida das populações, não se pode menosprezar a importância do lado sensível, digamos espiritual, do Homem e das cidades, pois tal como refere Aldo Rossi, a “intencionalidade estética e a necessidade que presidem aos factos urbanos e lhes estabelecem as complexas relações não podem ser ulteriormente analisadas” (Rossi 2001: 57). A existência do Homem é também bela, sensível, complexa e nunca redutível apenas a uma lógica de necessidades físicas.

Se atentarmos em utopias do passado, verificamos que, independentemente do teor da motivação (sociológico, económico, político...) e das limitações espacio-temporais, existiu sempre uma meta à qual se pretendia chegar, um valor quase “religioso” para o qual a utopia alinhava e calibrava toda a sua máquina operacional. Contudo, esse alinhamento e calibramento não se resumiam a uma simples questão de engrenagens mecânicas, mas também a uma questão de gosto, de inspiração, como no

renascimento, no barroco, no classicismo ou no ecletismo. Henri Labrouste, por exemplo, afirmando-se como uma das maiores figuras do racionalismo neoclássico do Século XIX, deixa transparecer esta questão no seu projecto para a *Bibliothèque Imperial* (1855), onde vai aliar uma estrutura de ferro desenhada segundo estritas exigências construtivas e funcionais a revestimentos de pedra segundo o gosto “à antiga” (Benévolo 1999: 124). Tendo efectuado parte da sua formação na Académie d’Architecture, Labrouste vai com isto reflectir a preocupação daquela em “preservar a tradição clássica francesa e o grand goût”, mantendo-se contudo aberta às “novas experiências e ao progresso técnico” do racionalismo (Benévolo 1999: 25).

O período entre finais do Século XIX e inícios do Século XX vê, na verdade, surgir uma profusão de pensares e propostas utópicas reactivas à profunda desconfiança face à cidade industrial instalada nos homens de cultura do Século XIX (Benévolo 1999: 179). Propostas como as de Ledoux – através do desempenho de funções sociais complexas e da determinação da vida de modo totalitário por parte do arquitecto (Freigang 2003: 318) –, de Ebenezer Howard – com a repartição harmoniosa no campo, das vantagens económicas das grandes cidades, de modo a suprimir todos os malefícios da sociedade industrial (Paul 2003: 668) –, de Robert Owen, Charles Fourier ou William Morris, entre tantos outros, constituem-se como alguns dos principais modos de aproximação à utopia que os motivava, aliando infra-estrutura e sensibilidade para contrapor à cidade real uma cidade ideal (Benévolo 1999: 179).

E como falar em utopia na cidade do passado sem aludir a Tomás Morus e a sua *Utopia*? Aqui, por excelência, vemos como questões de organização política, técnica e social se conjugam em perfeita harmonia com questões de ordem ontológica com vista à felicidade pública (enquanto estímulo às faculdades físicas e espirituais dos cidadãos). Podemos constatar este equilíbrio por subtis mas evidentes referências às cidades da ilha, como na adjectivação de “amplas e magníficas” (Morus 2005: 68). Porém, as mais evidentes referências à importância do sensível e do gosto para a definição da qualidade da cidade surgem na descrição de Amaurota, a capital da ilha da Utopia, num conjunto significativo de referências: aos “admiráveis arcos” da ponte de pedra que liga as margens do Anidro (Morus 2005: 73); aos edifícios “bem construídos e confortáveis”, mas também “elegantes e asseados” (Morus 2005: 73); e sobretudo, ao modo como os habitantes das cidades cuidam dos seus jardins, onde aplicam “tal ciência e tal gosto” que o interlocutor da narrativa de Morus afirma nunca ter visto “em outra parte qualquer tanta fertilidade e abundância ligadas a tão bom gosto” (Morus 2005: 74). Juntando a isto a “aplicação do princípio da igualdade” (Morus 2005: 63), ao qual subjaz uma noção de *posse comum*, podemos dizer que estamos perante uma sociedade perfeita, construída pelo Homem e para o Homem, onde o bem colectivo impera sobre o privado. É talvez esta a explicação para o facto de esta ilha estar na base do sentido que a palavra utopia tem na actualidade, sublinhando-se, por um lado (e tendo em conta a natureza imperfeita do Homem) o seu elevado grau de inexecutabilidade, e, por outro lado, a sua capacidade de inspirar formas de pensamento utópico sobre a cidade baseadas no equilíbrio das suas forças constitutivas e na capacidade criativa e sensível da mente humana.

A mente humana, que necessita de ser valorizada e estimulada, encontra na utopia do *Mundaneum*, de Paul Otlet e Henri La Fontaine, outra importante referência. Este projecto de 1924, dizendo respeito a uma materialização de “síntese, universalidade e educação” (Torres-Vargas 2005: 156) através do desenho de Le Corbusier, tinha como missão a criação de um centro internacional que racionalizasse o conceito de internacionalismo postulado após a Primeira Guerra Mundial. Ora, se nos nossos dias isto não mais constitui uma utopia (pois as redes virtuais de comunicação internacional trazem consigo uma redução da necessidade de deslocação física e uma enorme capacidade de compilação de conhecimento), no período em que o *Mundaneum* foi concebido as relações internacionais implicavam necessariamente a existência de um palco físico. Por isso terá ele constituído o expoente máximo do pensamento, a perfeição a que a sociedade de então pretendia chegar, sob o nome de *Bibliopolis*, ou seja, uma concepção de cidade como um “livro colossal” onde a arquitectura fosse lida da mesma forma que “as pedras das catedrais da Idade Média” (Torres-Vargas 2005: 161).

Este projecto constitui, portanto, uma indubitável utopia, não só pela dificuldade prática de realização no espaço e tempo de então, mas também, e por isso mesmo, pela grande motivação que constituiu para outras tentativas de concentração do saber universal e que terão estado, quiçá, na origem das tecnologias de informação actuais. Nesta utopia, a “conquista do conhecimento universal era o objectivo espiritual” – ou seja, a fantasia –, e o *Mundaneum* e a Cidade Internacional “os monumentos arquitectónicos requeridos para atingir esse objectivo” (Torres-Vargas 2005: 161) – e portanto a capacidade técnica de materialização da fantasia.

Poder-se-á colocar a questão da veracidade da utopia para o real desenvolvimento de todos estes modos de pensar o aperfeiçoamento da cidade, alegando-a como uma “mentira”, um devaneio aceitável mas nunca atingível. A essa questão, responderia que preferiria acreditar que a civilização trilhasse o seu percurso a partir de uma “mentira” do que a partir de uma suposta “verdade” que lhe conferisse nada mais do que uma infraestrutura de circulação. Não quero com isto dizer que a “verdade” não seja

necessária, mas sim que se a considero importante para a definição de uma plataforma de estabilidade evolutiva, não considero menos importante que, se assim o for, essa mesma plataforma, essa estrada, seja banhada por raios de sol, sombreada por árvores, animada por cores, inebriada de sensações, aromas e texturas que só a fantasia do pensamento utópico lhe pode outorgar.

Se a utopia na cidade for um devaneio, o que é ela senão uma extrapolação fantasista que parte da própria realidade? E na eventualidade de ser uma grande “mentira”, comumente aceite por uma maioria, não nos regozijamos, ainda assim, com a estimulante falácia de um paradigma social? Penso que é neste sentido que Italo Calvino escreve, na sua obra *As Cidades Invisíveis*:

Nada garante que Kublai Kan acredite em tudo o que diz Marco Polo ao descrever-lhe as cidades que visitou nas suas missões, mas a verdade é que o imperador dos tártaros continua a ouvir o jovem veneziano com maior atenção e curiosidade que a qualquer outro enviado seu ou explorador (Calvino 2000: 9).

E actualmente? Existirá uma utopia de cidade? A questão é complexa. Em todo o caso, o que me parece fundamental é procurar compreender, antes de mais, até que ponto o distanciamento temporal é ou não importante para perceber a utopia do presente. Se a aceitarmos como algo maturado a montante do pensar sobre a cidade, esta questão perde justificação pois ela não seria a consequência mas sim a causa da realidade urbana presente. Porém, se encarmos a utopia contemporânea à luz de um ideal não manifestado nos moldes das utopias passadas, talvez ela assuma alguma pertinência.

O que são, por exemplo, as directivas da comunidade europeia, as declarações de princípios advenientes das mais diversas acções no âmbito do desenvolvimento sustentável das cidades, senão proclamações de ideais? Será que actualmente a proclamação utópica terá passado do manifesto para a figura legal, para as boas práticas? E não será exactamente a questão do desenvolvimento sustentável aliada a questões de foro estético das cidades a grande utopia contemporânea? Se considerarmos que o desenvolvimento sustentável é a meta para a qual se dirigem as preocupações de desenvolvimento urbanas actuais; se considerarmos que a utopia deu resposta a determinados paradigmas sociais, ou seja, a conjuntos de valores com validade determinada por um “acordo colectivo”, de fundamentação das actividades práticas de uma sociedade (Solá-Morales, 1995, 129); se considerarmos que a grande necessidade da nossa sociedade é a reversão dos comportamentos insultuosos e abusivos face ao ambiente, em prol da nossa própria sobrevivência, então penso que sim. Estamos perante o paradigma do Século XXI, perante a utopia não declarada mas relativamente à qual decisores, urbanistas e arquitectos direccionam o seu trabalho, se não como motivação, pelo menos, certamente, como cumprimento de regulamentos.

Portanto, dentro da lógica deste texto, será na sustentabilidade que a actual utopia se definirá (porque a sustentabilidade da cidade será o estado de perfeição a que a nossa sociedade poderá chegar, de acordo com a conjuntura contemporânea), direccionando para aí a sua máquina operacional, enquanto a sua linguagem de concretização se direccionará para o gosto e para a estética, como atributos tão válidos quanto a sustentabilidade para o desenvolvimento da cidade. Um gosto cuja importância embora muitos questionem e neguem, existe sempre, sobretudo numa sociedade de informação e consumo, onde as referências e influências visuais se propagam e sucedem a um ritmo sem precedentes. As áreas urbanas são efectivamente, nos nossos dias, locais de “trocas económicas e simbólicas...», sobretudo ao incorporar «...a maioria das indústrias culturais, incluindo sobretudo empresas de informação, agências de publicidade e companhias de design” (Jansson 2003: 463). Talvez precisamente pela sucessão veloz e pela profusão de referências visuais, que esta prerrogativa contemporânea acarreta consigo, seja mais difícil hoje em dia “catalogar” e “classificar” essas linguagens, muitas vezes associadas mais a expressões individuais do que colectivas.

Porém, é indubitável que, no espaço da cidade, assistimos a um crescente interesse pela valorização do belo, do estético, dos espaços mais contidos, quebrados, irregulares, a uma crescente valorização da excepção por oposição à regra, ao linear, à planificação, numa lógica que parece constituir-se como que uma reacção ao cansaço do minimalismo, do funcionalismo estéril e empobrecedor do espírito das cidades e do Homem. Exemplo paradigmático que poderá ilustrar claramente esta questão é o “novo urbanismo”. De acordo com a informação apresentada no seu sítio da Internet (www.newurbanism.org), este movimento internacional de regeneração do ambiente construído das cidades assume como um dos seus princípios a qualidade da arquitectura e do desenho urbano baseada na *beleza, estética, conforto humano e na criação do sentido de lugar*, segundo a crença de que a escala humana, a arquitectura e a beleza da envolvente, *nutrem o espírito humano*. A este, juntam-se outros princípios igualmente importantes tais como a sustentabilidade, a densidade urbana, a pedonalização dos centros urbanos ou o fomento dos transportes com vista à criação de *melhores lugares para viver*. Por isto, e por defender que devemos procurar uma cidade ideal olhando para o modo como as comunidades do passado construíram durante séculos em todo o mundo, é que o “novo urbanismo” se afirma como o revivalismo da *nossa*

perdida arte de construção do lugar.

Acções como as da britânica English Partnerships, com vista a *potenciar um amplo campo de benefícios sociais e ambientais às cidades* (English Partnerships 2007: 106) através de projectos como a Greenwich Millenium Village e a Barking Riverside, em Londres, a Allerton Bywater Millennium Community, em Leeds, entre muitos outros, constituirão a materialização das premissas do “*novο urbanismo*”. Poder-se-ão também considerar as redes virtuais, baseadas na actividade produtiva que, numa sociedade de consumo como a actual, depende necessariamente das trocas comerciais e de informação como outro hipotético paradigma utópico contemporâneo. Talvez assim seja, contudo, parece-me que estas serão menos capazes de produzir cidade, no âmbito do estabelecimento de relações afectivas do Homem com o espaço físico da cidade, fundamentais ao pensamento utópico. Por outro lado, parece-me também que o desenvolvimento destas redes deverá funcionar como um meio de fomento e de divulgação de um paradigma social, tal como outrora a imprensa foi veículo de propagação de manifestos artísticos e políticos.

Pela actividade do “*novο urbanismo*” e de outros movimentos ou ideias no mesmo âmbito, tais como a *Slow City* ou a *Cité Archiborescent*ⁱⁱ, de Luc Schuiten, mas também pelas muitas directivas comunitárias e manuais de boas práticas que têm vindo a ser elaborados a nível internacional, acredito que vivemos actualmente um período de reflexão e regeneração muito positivo das cidades. Verifica-se, com efeito, que cada vez mais a inclusão de factores imateriais no seu processo de construção é tida como crucial para uma correcta abordagem aos problemas que as afectam, relacionados com patologias sociais resultantes de inúmeros factores, de entre os quais ressaltam como evidentes a ausência de magia, sensibilidade e felicidade.

Por tudo isto, acredito na utopia da cidade não como um delírio mas sim como uma necessidade humana que passará pelo cruzamento de um desígnio global de desenvolvimento civilizacional, que compreende processos materiais, mensuráveis, palpáveis, digamos factos urbanos, com a criatividade respeitante à sensibilidade, à fantasia, ao não mensurável, ao válido simplesmente pela intrínseca capacidade humana de sentir e atribuir significado a um lugar. Penso, pois, que para o correcto desenvolvimento da cidade se deverá reflectir sobre a natureza dos factos urbanos (identificando-os, analisando-os e compreendendo-os), mas admitindo sempre a existência de algo na sua natureza que, de acordo com Aldo Rossi, “os torna muito semelhantes – e não só metaforicamente – à obra de arte”, sendo que esta “...artisticidade dos factos urbanos está muito ligada à sua qualidade, ao seu unicum” (Rossi 2001: 46-47).

Sem utopia, sem “artisticidade”, sem sensibilidade, qualquer acção efectuada na cidade não poderá ser percebida como parte de um todo, como algarismo de uma equação complexa de aperfeiçoamento da civilização. Porquê? Porque a utopia, na minha opinião, não só não constitui um desvio ao progresso da cidade como, pelo contrário, o incorpora, o enriquece, o flexibiliza, o torna mais próximo daquilo que é o pensar humano que o cria (ao extrapolar a sua própria exequibilidade no real), logo das reais necessidades do Homem; porque reduzir os factos urbanos somente à organização funcional, objectivando-os e quantificando-os segundo uma perspectiva utilitarista “nos afasta de um conhecimento concreto do real”, encarando-os como “produtos de consumo” (Rossi 2001: 59); porque o Homem não é só matemático, mas também mágico; porque o pensamento não é unívoco nem unidireccional; porque o desenvolvimento da cidade não pode ser reduzido a uma simples operação de somar, dividir ou subtrair.

Reflectir sobre a utopia e assumir a sua eventual (re)integração no processo de construção e leitura da cidade é, pois, fundamental. Proclamá-la, crucial. Ou talvez não... porque ainda que de forma latente e não declarada, se existir utopia, existe criatividade, existe humanidade, existe cidade.

Referências Bibliográficas

Benévolo, L. (1999), *Historia de la Arquitectura Moderna*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

Calvino, I. (2000), *As Cidades Invisíveis*, Lisboa, Editorial Teorema.

Castells, M. (1984), *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*, 3.^a edição, Lisboa, Editorial Presença.

Corbusier, Le (1995), *Maneira de Pensar o Urbanismo*, 3.^a edição, trad. José Borrego, Mem Martins,

Publicações Europa-América.

English Partnerships, The Housing Corporation, Ed. (2007), *Urban Design Compendium 2 - Delivering Quality Places*, Londres, Roger Evans Associates Limited.

Freigang, C. (2003), "Claude-Nicolas Ledoux (1736-1806): A Arquitectura nas suas Relações com a Arte, os Costumes e a Legislação in *Teoria da Arquitectura – do Renascimento aos nossos Dias*", Maria do Rosário Paiva Boléo, Colónia, Taschen GmbH.

Jansson, A. (2003), "The Negotiated City Image: Symbolic Reproduction and Change through Urban Consumption in *Urban Studies*", Carfax Publishing, vol. 40, nº 3.

Lynch, K. (1960), *A Imagem da Cidade*, trad. Maria Cristina Tavares Afonso, Lisboa: Edições 70.

Morus, T. (2005), *A Utopia*, 14.^a edição, trad. José Marinho, Lisboa, Guimarães Editores.

Paul, J. (2003), "Ebenezer Howard – Londres 1898, As Cidades-jardim do Futuro", in *Teoria da Arquitectura – do Renascimento aos nossos Dias*, Maria do Rosário Paiva Boléo, Colónia, Taschen GmbH.

_____ (2003), "Tony Garnier – Uma Cidade Industrial: Estudo para a Construção de Cidades", in *Teoria da Arquitectura – do Renascimento aos nossos Dias*, Maria do Rosário Paiva Boléo, Colónia: Taschen GmbH.

Rossi, A. (2001), *A Arquitectura da Cidade*, trad. José Charters Monteiro, Lisboa, Edições Cosmos.

Solà-Morales, I. (2002), *Territorios*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

_____ (1995), *Diferencias: Topografía de la Arquitectura Contemporánea*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili.

Távora, F. (2006), *Da Organização do Espaço*, 6.^a edição, Porto, FAUP Publicações.

Thoenes, C. (2003), "Introdução" in *Teoria da Arquitectura – do Renascimento aos nossos Dias*", Maria do Rosário Paiva Boléo, Colónia, Taschen GmbH.

Torres-Vargas, G. A. (2005), "World Brain and Mundaneum: the ideas of Wells and Otlet concerning universal access" in *VINE: The journal of information and knowledge management systems*", Emerald Group Publishing Limited, Vol. 35, No. 3.

ⁱ Relacionada com a preocupação que cada um deve ter com a sua própria cidade, com a protecção do ambiente, com a promoção dos bens e produtos locais e com o evitar a mesmidade urbana.

ⁱⁱ Uma visão ecológica e criativa de conceber o urbanismo, a partir de um modelo de habitação baseado em árvores – a "*habitarbre*" – e cuja origem se encontra numa noção mítica de paraíso terrestre.